

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
ANDRESSA RIBEIRO FERREIRA

**PARENTALIDADE E (DES)ACOLHIMENTO FAMILIAR: NARRATIVAS DE NINHOS
VAZIOS**

UBERLÂNDIA
2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

ANDRESSA RIBEIRO FERREIRA

**PARENTALIDADE E (DES)ACOLHIMENTO FAMILIAR: NARRATIVAS DE NINHOS
VAZIOS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado
ao Instituto de Psicologia da Universidade
Federal de Uberlândia, como requisito
parcial a obtenção do Título de Bacharel em
Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Miriam Tachibana

Uberlândia

2025

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

F383 Ferreira, Andressa Ribeiro, 2002-
2025 Parentalidade e (des)acolhimento familiar: narrativas
de ninhos vazios [recurso eletrônico] / Andressa Ribeiro
Ferreira. - 2025.

Orientadora: Miriam Tachibana.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Uberlândia, Graduação em
Psicologia.
Modo de acesso: Internet.
Inclui bibliografia.

1. Psicologia. I. Tachibana, Miriam,1981-, (Orient.).
II. Universidade Federal de Uberlândia. Graduação em
Psicologia. III. Título.

CDU: 159.9

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

Andressa Ribeiro Ferreira

Parentalidade e (des)acolhimento familiar: narrativas de ninhos vazios

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Bacharel em Psicologia.
Orientadora: Profa. Dra. Miriam Tachibana

Banca Examinadora
Uberlândia, 21 de março de 2025

Profa. Dra. Miriam Tachibana
Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

Me. Bianca Nakamura
Uberlândia, MG

Me. Daniela Torres Gonçalves Santos Pedruzzi
Tribunal de Justiça de Minas Gerais – Uberlândia, MG

UBERLÂNDIA
2025

Agradecimentos

A Deus, cuja bondade, graça e misericórdia têm me acompanhado por todos os dias.

Aos meus pais, André e Viviane, que construíram um ninho aconchegante que me permitiu crescer, aprender, sonhar e desejar voar para construir minha própria história. À minha irmã Melissa, que é parceira de vida, rotina e risadas. Nada disso teria sido possível sem vocês. Consigo refletir sobre o que é necessário para um cuidado acolhedor porque o recebi na minha infância, adolescência e ainda hoje.

Ao Otávio, que posso chamar de meu bem. Obrigada pelo apoio incondicional, pela torcida constante, por ser o melhor companheiro que eu poderia desejar. Espero que continuemos sendo testemunhas um para o outro de lutas e conquistas por toda a nossa vida.

À minha orientadora Mirla, que em seus direcionamentos cuidadosos me permitiu crescer imensamente com esse trabalho e, mais do que isso, vislumbrar outros horizontes e perspectivas.

Às minhas amigas da graduação, Jéssica, Luiza e Maria Paula, que tornaram esse período tão desafiador mais leve e prazeroso. Obrigada pelos momentos em que conversamos sobre qualquer outro assunto que não a faculdade e pelas risadas de fim de tarde nos bancos em frente à biblioteca. Além da nossa amizade, carrego comigo um tanto de vocês no meu fazer e refletir.

À equipe do Serviço de Acolhimento Familiar, que me recebeu com presteza e viabilizou a realização da pesquisa nos moldes que idealizamos.

Aos casais parentais participantes da pesquisa. Aproveito esse espaço para agradecê-los pelo serviço que prestam à sociedade, disponibilizando seus lares e, como se isso já não fosse o bastante, seus corações para acolher o desconhecido e provisório.

“No dia que você quiser se lembrar de mim, dá uma olhada no retratinho que a gente tirou junto. Eu digo isso porque tenho medo que um dia você também me esqueça.
Tenho saudade do meu pai, tenho saudade de tudo.

Dora.”

Despedida entre Dora e Josué em Central do Brasil, do diretor Walter Salles (1998).

Resumo

Diante da violação de seus direitos, crianças e adolescentes podem ser afastados de suas famílias de origem por meio de medidas protetivas excepcionais e provisórias, dentre as quais o acolhimento familiar é priorizado. Na literatura especializada, a provisoriação dos vínculos vividos no acolhimento familiar tem sido problematizada, sendo que a experiência de desacolhimento permanece relativamente inexplorada. Em vista disso, o presente trabalho objetivou lançar luz sobre a experiência emocional de casais parentais que atuam enquanto família acolhedora num Serviço de Acolhimento Familiar (SAF). Para tal, foram realizadas entrevistas com seis duplas parentais cadastradas num SAF de um município mineiro, psicanaliticamente orientadas e mediadas pela apresentação de uma narrativa interativa. Em seguida, foram produzidas narrativas transferenciais, sendo estas analisadas no contexto de grupo de pesquisa à luz da Teoria dos Campos. Após a análise do material produzido, foi identificado um campo habitado pelos casais parentais, ao qual denominamos “Ex-mães e ex-pais”. Atravessados por esse campo, os acolhedores entrevistados sentem-se “ex-mães e ex-pais”, por vezes identificando-se com os pais biológicos que foram destituídos do poder familiar, nutrindo a fantasia de que seriam eles os que melhor ofertariam cuidado às crianças e aos adolescentes acolhidos. Para fazerem frente a essas angústias, os casais participantes engajam-se em estratégias defensivas variadas, dentre as quais figuram o engajamento em uma troca acelerada de crianças e adolescentes acolhidos, uma possível suspensão nos acolhimentos, além da formação de um falso *self*. Diante disso, apontamos para a necessidade de que seja ofertado maior *holding* aos acolhedores por parte da equipe técnica do serviço, de modo que se sintam apoiados em sua tarefa de cuidado e continuem a realizá-la suficientemente bem, assegurando aos acolhidos um cuidado protetivo.

Palavras-chave: Parentalidade; Estatuto da Criança e do Adolescente; Winnicott, Donald Woods, 1896-1971; Serviço de Acolhimento Familiar (SAF); Teoria dos Campos.

Abstract

Facing their violation of rights, children and adolescents can be detached from their family of origin through exceptional and temporary protective measures among which foster care is prioritized. In specialized literature, the temporary relationships experienced in foster care have been problematized and the experience of detachment remains relatively unexplored. Therefore, this study clarifies the emotional experience of the parental couples who become foster families in Foster Family Service. For this, psychoanalytically oriented interviews were conducted with six parental couples involved in a Foster Family Service in Minas Gerais state, mediated by the presentation of an interactive narrative. Transferential narratives were produced and analyzed in the context of a research group in accordance with Multiple Fields Theory. After the analysis of the produced material, it was identified a field occupied by parental couples which we denominated “Ex-mothers and ex-fathers”. Across this field, the foster carers interviewed feel like “ex-mothers and ex-fathers”, sometimes identifying themselves with the biological parents who have been deprived of family rights, fostering the idea that they would be the ones to provide the best care for the children and adolescents in their foster care. To deal with these anxieties, the couples involved engage in a variety of defensive strategies, including an accelerated replacement of foster children and adolescents, a possible suspension of foster care, and the formation of a false self. In this context, we believe that foster carers need to be given greater holding by the technical staff at the service, so that they feel supported in their care work and continue to do it well enough to ensure that foster children receive protective foster care.

Keywords: Parenthood; Children and Adolescent Code; Winnicott, Donald Woods, 1896-1971; Foster Family Service; Multiple Fields Theory.

Sumário

Introdução	4
Método	7
Resultados e discussão	10
Tiê e Quero-quero	10
Narceja e João-de-barro	14
Graúna e Sabiá	18
Tangará e Curió	24
Perdiz e Guará	28
Andorinha e Bem-te-vi	33
Considerações finais.....	35
Referências	37

Introdução

Os estudos psicanalíticos tomam a família enquanto objeto de estudo especial, na medida em que consideram a importância das relações vivenciadas com as figuras primárias para a constituição do psiquismo e subjetividade do indivíduo, especialmente nas fases em que este encontra-se mais dependente do ambiente (Jacobina & Paiva, 2020; Souza & Cagnani, 2020; Zornig, 2010) Destacamos aqui o psicanalista inglês Donald Woods Winnicott (1960a/2022, 1963/2022), que, ao discorrer sobre a importância do ambiente familiar no processo de amadurecimento emocional, também se voltou para a experiência emocional dos pais cuidadores. Winnicott teorizou que o exercício da função parental provoca mudanças na organização psíquica dos adultos cuidadores, o que nomeou enquanto preocupação materna primária – um estado de espera sensível no qual o cuidador, especialmente a mãe, consegue identificar-se profundamente com o bebê para atendê-lo em suas necessidades desenvolvimentais, mantendo-se altamente investido em seu cuidado (Winnicott, 1956/2021).

Autores contemporâneos expandem essa contribuição de Winnicott para além do enfoque na figura materna, pontuando que a preocupação primária pode ser exercida por qualquer cuidador, tendo em vista o contexto atual de construção da parentalidade (Campana, Santos, & Gomes, 2019). Desse modo, defendem que se fazem necessários mais estudos psicanalíticos que explorem a experiência de exercício da função parental em uma perspectiva menos maternalista, compreendendo que o casal parental pode desempenhar esse papel de forma mais igualitária (Iaconelli, 2023). Alinhadas a esses pesquisadores, estamos de acordo que faz mais sentido olhar para as duas figuras parentais, considerando que em ambas se experimenta um luto desenvolvimental na passagem para a parentalidade (Junqueira, 2014; Zornig, 2010).

Contudo, apesar da compreensão de que o ambiente familiar, a priori, é protetivo para crianças e adolescentes, sabemos que, por vezes, estes encontram-se em situação de risco junto

às suas famílias consanguíneas, culminando, em situações radicais, na adoção de medidas protetivas por parte do Estado. Nessas circunstâncias, os vínculos afetivos entre crianças, adolescentes e seus cuidadores são rompidos temporária ou definitivamente (Kuabara, Klipan, & Abrão, 2016), a depender da (in)capacidade dos cuidadores de constituírem um ambiente familiar cuja dinâmica seja mais protetiva do que de risco.

Nesses casos de violação de direitos, o Serviço de Acolhimento Familiar (SAF) é um serviço de proteção social de alta complexidade, excepcional e provisório, voltado para crianças e adolescentes em vulnerabilidade, afastados do convívio familiar por medida protetiva ou em casos nos quais a família de origem não é capaz de exercer sua função de cuidado e proteção. A criança ou adolescente pode permanecer acolhido por até 18 meses (o que pode ser prorrogado), período durante o qual ocorre um acompanhamento recorrente pela equipe técnica responsável.

No Brasil, tem sido compreendido, em linhas gerais, que o acolhimento familiar seria de saída preferível ao institucional¹, na medida em que, no acolhimento familiar, os cuidadores, que atuam enquanto figuras parentais substitutas provisórias, podem auxiliar os sujeitos acolhidos a construírem referências mais específicas de cuidado, ao lhes ofertarem um ambiente mais singular – do que o institucional – para garantir seu pleno desenvolvimento (Souza & Cagnani, 2020), uma vez que são estabelecidas relações afetivas mais próximas e significativas entre os acolhidos e seus cuidadores (Kuabara et al., 2016).

Entende-se que o SAF também se revela valioso no sentido de que apresenta a possibilidade de os vínculos estabelecidos entre os familiares acolhedores e as crianças e adolescentes acolhidos viabilizar, para esses últimos, a construção de outras referências de cuidado diferentes daqueles da família de origem, por meio do relacionamento com figuras que

¹ Destaca-se, contudo, que há desafios para a concretização efetiva da realização da medida de acolhimento preferencialmente por meio do SAF, havendo um descompasso entre o que está previsto nas normativas e seu cumprimento (Jacobina & Paiva, 2020).

representem efetivamente cuidado e proteção (Jacobina & Paiva, 2020). A família acolhedora pode vir a ser introjetada como um “objeto bom” (Oliveira, 2007), servindo como referência de cuidado para esse sujeito ao longo da vida, de modo que, mesmo que esse vínculo tenha sido vivido apenas provisoriamente, pode acarretar repercussões positivas em seu desenvolvimento ulterior (Suster, 2017). Negrão, Moreira, Veríssimo e Veiga (2019) corroboram com a perspectiva de que o acolhimento familiar tenha um caráter reparador para os acolhidos, a despeito da descontinuidade relacional.

Apesar dessas “apostas” otimistas, observamos que uma outra vertente de pesquisadores tem se inquietado com a provisoriação dos vínculos vividos no acolhimento familiar, isto é, com as consequências que essa separação inevitável pode ter. De fato, observamos, na literatura especializada, que permanece relativamente inexplorada a experiência emocional de desacolhimento familiar, ou seja, das repercussões emocionais do fim da medida protetiva para os sujeitos envolvidos. Autores como Suster (2017) apresentam o momento do desacolhimento como o “ponto fraco” do SAF, tendo em vista a delicadeza desse momento de transição, seja para a família de origem, seja para a família substituta.

Costa e Rossetti-Ferreira (2009) expressam essa questão claramente:

Entretanto, temos nos perguntado como seria essa “propagandeada” construção de vínculos dentro de um programa de acolhimento familiar, visto ser esperado que eles sejam estabelecidos, porém com um *caráter de provisoriação*, pois todos os envolvidos devem saber que haverá o momento de *nova separação, quando o acolhido retornará à sua família de origem ou será colocado em adoção*. Como os programas estão concebendo a possibilidade da criança ou adolescente vincular-se a uma ou mais famílias de acolhimento e depois retornar para a família de origem? (p. 116, grifos nossos)

No presente trabalho, optamos por fazer um recorte sobre a experiência emocional de desacolhimento dos familiares cuidadores. Consideramos paradoxal que, se, por um lado, a capacidade de vinculação configura-se como um critério de aptidão para as famílias que se interessam em participar do SAF (Negrão et al., 2019; Pinheiro, Campelo, & Valente, 2021),

uma vez que se espera que elas consigam construir bons vínculos com as crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, por outro, delas é esperado que consigam desinvestir-se psiquicamente dos acolhidos, fazendo-o inclusive de modo tranquilo, a fim de influenciarem positivamente na experiência de desacolhimento vivida pelas crianças e pelos adolescentes de quem estão se separando.

Dante do exposto, buscamos investigar a experiência emocional de casais parentais em relação ao processo de desacolhimento, seja por encaminhamento da criança ou adolescente em medida protetiva para a reintegração familiar ou para família substituta por meio de adoção.

Método

Após a aprovação do projeto de pesquisa no Comitê de Ética de pesquisa envolvendo seres humanos (CAAE: 78705324.5.0000.5152), foi realizado contato telefônico com os casais parentais cadastrados em um SAF de uma cidade do interior de Minas Gerais, que já haviam realizado acolhimento familiar e que, no momento da entrevista, não estavam acolhendo nenhuma criança ou adolescente. Ao final, foram entrevistados 12 participantes, que formavam seis diádes, cada uma delas composta por um casal parental. A seguir, apresentamos uma tabela na qual constam informações importantes acerca do perfil dos casais entrevistados, na ordem em que as entrevistas foram realizadas.

#	Acolhedores ²	Gênero ³	Idade	Idade dos filhos biológicos	Tempo de inserção no SAF	Número de acolhimentos realizados	Tempo desde o último acolhimento
1	Andorinha	F	45	3 filhos (14, 11 e 11 anos)	4 anos	4 acolhimentos, de 5 crianças	6 meses
	Bem-te-vi	M	49				

² Os nomes dos participantes foram substituídos por nomes fictícios, de modo a garantir o sigilo acerca de suas identidades.

³ Apesar de todos os casais parentais entrevistados serem heteroafetivos, esse não foi um critério estabelecido previamente. Esse resultado foi atingido a partir do aceite dos casais cadastrados do SAF e que não estavam realizando nenhum acolhimento no momento do contato telefônico.

	Tiê	F	45	2 filhos de ambos (26 e 22 anos), que ainda vivem o casal; Quero-quero tem outros 3 filhos, que já são adultos e casados	8 anos	8 acolhimentos, de 21 crianças	1 mês
2	Quero-quero	M	60				
3	Graúna	F	67	4 filhos e vários netos; apenas uma de suas filhas ainda vive com o casal	7 anos	2 acolhimentos, de 6 crianças	1 mês
	Sabiá	M	65				
4	Tangará	F	42	4 filhos, apenas 2 ainda vivem com o casal (19 e 5 anos)	9 anos	10 acolhimentos, de 11 crianças	Menos de 1 mês
	Curió	M	51				
5	Narceja	F	55	3 filhos adultos que não vivem mais com o casal e 1 neta	2 anos	3 acolhimentos, de 4 crianças	8 meses
	João-de-barro	M	60				
6	Perdiz	F	35	2 filhas (8 e 2 anos)	7 anos	6 acolhimentos, de 7 crianças	3 meses
	Guará	M	39				

As entrevistas, que ocorreram todas nas residências dos casais participantes, foram psicanaliticamente orientadas, isso é, privilegiaram o discurso associativo dos participantes e a escuta não dirigida da pesquisadora (Granato & Aiello-Vaisberg, 2013), de modo que a pesquisadora se embasou nas técnicas de associação livre e de atenção flutuante, não tendo sido empregado um roteiro prévio de perguntas (Aiello-Vaisberg, 1995). Contudo, com o objetivo de produzir conhecimento acerca do tema de interesse de pesquisa, foi empregado um recurso mediador intitulado “narrativa interativa”, que vem sendo usado eficazmente em pesquisas psicanalíticas (Bonfatti & Granato, 2021; Granato & Aiello-Vaisberg, 2013; Granato, Corbett, & Aiello-Vaisberg, 2011; Granato, Tachibana, & Aiello-Vaisberg, 2011). Desse modo, foi apresentada à cada casal de entrevistados uma narrativa interativa sobre o tema de pesquisa, construída previamente pela pesquisadora, diante da qual o casal foi convidado a inventar um desfecho para essa história ficcional de forma oral. Em seguida, o casal parental foi solicitado

a associar a narrativa que construiu as suas próprias experiências de desacolhimento no SAF.

A seguir, apresentamos a narrativa interativa elaborada:

Maria entrou em casa, tirou os sapatos e os colocou ao lado da porta. Ela reparou que havia um par de sapatos que fora esquecido ali, a cujo dono já não servia mais. José estava preparando a mesa para o jantar. Sem perceber, ele colocou um lugar a mais, que não seria utilizado naquele dia. O casal se sentou à mesa e comeu em silêncio, cada um pensando naquela ausência a seu modo. Antes de dormir, Maria entrou no quarto de hóspedes para dar o costumeiro beijo de boa noite, mas logo viu a cama ainda arrumada e lembrou-se que o quarto agora estava vazio. José acordou sozinho durante a noite, olhou no relógio e viu que eram 2 horas da manhã. “Será que ele/a ainda tem medo do escuro e procura por ajuda a essa hora da noite?”, foi o que ele pensou. Pela manhã, Maria e José conversaram sobre aquilo que faltava em sua casa...

Todas as entrevistas foram gravadas. Assim, após a realização de cada entrevista, a pesquisadora ouvia a gravação com o intuito de, a partir dela, redigir uma narrativa transferencial, que difere da mera transcrição da entrevista, pois não se restringe à reprodução do que os entrevistados disseram. Assim, na narrativa transferencial, a pesquisadora também incluía suas impressões contratransferenciais, orientando-se pelos princípios da associação livre e da atenção equiflutuante do investigador em Psicanálise. Essa atitude permitiu à pesquisadora conjugar tanto dimensões afetivas quanto cognitivas na produção da narrativa transferencial acerca da experiência emocional narrada pelos participantes, de modo a enriquecer o material colhido para além do discurso manifesto dos entrevistados (Aiello-Vaisberg & Machado, 2005).

Em seguida, o conjunto das narrativas transferenciais produzidas pela pesquisadora foi apresentado e analisado no contexto do grupo de pesquisa. Essa análise se deu segundo uma orientação psicanalítica, conforme a Teoria dos Campos (Herrmann, 2007; Herrmann &

Herrmann, 2012; Herrmann, 2006). De maneira sumária, a teorização de Hermann parte da ideia de que o inconsciente é atravessado por variados campos, sendo que cada um desses campos determina a maneira do indivíduo de interpretar a realidade e de agir sobre ela. Nesse sentido, os campos equivaleriam a determinantes lógico-emocionais. Assim, a escuta descentrada do conjunto de narrativas transferenciais produzidas, a partir da adoção da atenção equiflutuante, tal como colocada por Aiello-Vaisberg e Machado (2005), permitiu a identificação de um campo habitado pelos participantes, descortinando a experiência emocional vivida por eles.

Resultados e discussão

A partir da consideração psicanalítica do material, foi identificado um campo habitado pelos casais entrevistados (Herrmann, 2001), que chamamos de “Ex-mães e ex-pais”. Este campo versa sobre o sofrimento emocional experienciado pelos casais diante da experiência de desacolhimento, bem como abrange as diferentes estratégias psíquicas defensivas a que eles recorrem para fazer frente a esse sofrimento. Nesse sentido, Tiê e Quero-quero contam de um sofrimento em relação à partida dos acolhidos análogo àquele consequente da partida iminente de seus filhos biológicos, o que podemos observar no seguinte trecho da narrativa transferencial.

Logo no início da entrevista, Tiê me mostrou fotos de seus dois filhos adultos expostas na sala, contando-me sobre as conquistas acadêmicas de cada um. Fiquei sabendo nesse momento que Quero-quero tem também três outros filhos de uma união anterior, que já são casados e têm suas próprias famílias. Quando começamos a falar sobre a vinculação do casal com o SAF, Tiê me contou que conheceu o serviço por meio de uma conhecida sua, que ela via sempre com um bebê, mesmo não tendo filhos desta idade. O casal me contou, então, que, desde a sua inserção no SAF, há sete anos, acolheu em oito ocasiões, totalizando 21 crianças e adolescentes acolhidos, já que receberam grupos de irmãos em diferentes oportunidades.

Espontaneamente, o casal me relatou que, no início de sua participação no SAF, seus filhos, mesmo que já fossem crescidos, nutriam certo ciúme em relação aos acolhidos. O casal comprehende que os acolhidos precisam de um pouco mais de atenção. Quero-quero falou: “Eles chegam com a mochilinha carregada”. Quando lhes apresentei a narrativa interativa, Quero-quero disse que entendeu que Maria e José sentiam falta de alguém que vivia em sua casa e imaginava que algo pudesse ter acontecido a essa pessoa, sugerindo que ou ela morreu ou saiu de casa, de modo que agora o casal precisaria de algo que complete a família novamente. Quando perguntei de que forma esse casal poderia suprir essa falta, Quero-quero apresentou a adoção enquanto uma boa alternativa para que a casa não fique tão vazia, fazendo menção aos sapatinhos descritos na narrativa interativa. Nesse momento, conversamos sobre o primeiro acolhimento realizado pelo casal e sobre os momentos em que não receberam nenhuma criança. O maior intervalo que ficaram sem acolher foi de três meses, durante o qual Quero-quero admitiu que “ficou um pouquinho vazio mesmo”, pois ele sentiu que faltava alguma coisa em casa. Tiê complementou a fala do marido apontando para os pertences da última criança acolhida presentes na sala de estar, os quais ela ainda não havia guardado. Antes de eu ir embora, Tiê me convidou para ver o quarto em que os acolhidos costumam dormir e que de fato ainda estava preparado para atender às necessidades da última criança recebida por eles.

A partir desse material, nos deparamos com um casal que discorre mescladamente sobre seus filhos biológicos e sobre as crianças por eles acolhidas, o que dá margem para que pensemos que, para além de os participantes equipararem as diferentes filiações – o que também foi encontrado por Suster (2017) –, fazem também uma equiparação entre as partidas dos filhos biológicos, que deles já se mostram independentes, com o desacolhimento das crianças que por eles foram acolhidas. Chama inclusive a atenção a equiparação que é feita entre a morte e o sair de casa, que aparece quando o casal é convidado a inventar um desfecho

para a narrativa interativa, o que interpretamos como a comunicação de que a partida do filho, independentemente se do biológico ou se do acolhido, demanda um trabalho de luto significativo por parte do casal.

Vale ainda ressaltarmos que, ao serem indagados sobre como lidar com esse luto, o casal entrevistado evocou a possibilidade de o casal da narrativa interativa recorrer à adoção. A partir daí, podemos nos questionar se, por meio da participação no SAF, os casais parentais estariam buscando um preenchimento em seus lares, dada a ausência dos filhos biológicos, de quem, no geral, se encontravam separados ou estavam às vias de se separar. Nesse sentido, o acolhimento familiar não apenas equivaleria a uma estratégia para que crianças e adolescentes possam nutrir sentimentos de pertencimento a um grupo familiar, como, também, se configuraria num meio desses casais “preencherem” seus ninhos, vale dizer, cultivarem vínculos de filiação com crianças menores em casa, que deles se mostrariam mais dependentes. Nesse sentido, podemos nos perguntar: será que, assim como no campo da adoção, há uma preocupação em identificar se os postulantes estão desejando preencher um vazio, o que não raro ocasiona em adoções malsucedidas (Suster, 2017), estaríamos diante de algo análogo no campo do acolhimento?

Sabemos que, quando um casal tem um filho, isto é, transita da conjugalidade para a parentalidade, faz-se necessária uma reorganização do sistema familiar, uma vez que é inaugurado um novo subsistema familiar⁴ – o parento-filial –, para além do subsistema conjugal já existente, demandando o estabelecimento de fronteiras que, num primeiro momento, encontram-se em estado de indefinição (Silva & Lopes, 2012). De maneira análoga, a detransição da parentalidade para a conjugalidade (que acontece, por exemplo, quando os filhos adultos saem de casa) também equivaleria a um momento crítico que exigiria do casal parental um rearranjo, período que é chamado de “síndrome do ninho vazio” tanto no jargão popular

⁴Minuchin, Lee e Simon (2008) apresentam como os diferentes subsistemas que compõem o grupo familiar articulam-se seguindo modos de funcionamento próprios (como “regras invisíveis”), que podem sofrer modificações diante de eventos significativos, como o nascimento de um filho.

como dentre pesquisadores que se debruçam sobre as dinâmicas familiares (Costa, Bulhões, & Nagashima, 2020; Figueiredo, Costa, Silva, & Camarneiro, 2022).

Mediante o exposto, entendemos que, talvez, para a maioria dos casais parentais entrevistados, a motivação latente para adentrarem no SAF estaria ligada a uma tentativa de fazer frente à reorganização exigida pela detransição da parentalidade para a conjugalidade, sem ter que lidar com o ninho vazio propriamente dito. Consideramos esse dado valioso, uma vez que, na literatura especializada, não raro a motivação manifestada pelos cuidadores que integram o SAF é principalmente a vontade de ajudar o próximo, isto é, o desejo de ser solidário por meio da prestação de auxílio a crianças e adolescentes em vulnerabilidade (Mariano, Cecilio, Decesaro, & Marcon, 2014; Martins, Costa, & Rossetti-Ferreira, 2010). Em outras palavras, é apresentado um discurso assistencialista embasado numa concepção de que caberia à família acolhedora fazer aquilo o que a família biológica, supostamente disfuncional, não teria sido capaz de fazer pelos seus filhos que deles foram afastados (Aguiar, Martins, & Rosa, 2019).

No presente trabalho, entretanto, vemos que os casais parentais se engajam no SAF, a exemplo de Tiê e Quero-quero, também movidos narcisicamente pelo desejo de encontrar, nessas crianças e adolescentes acolhidos, uma companhia filial, dado o maior distanciamento parento-filial com os seus filhos biológicos adultos que deles se mostram relativamente mais independentes (Bussinger & Lima, 2014). A partir daí, podemos pensar que os casais entrevistados já se encontravam no campo “Ex-mães e ex-pais” em relação aos seus filhos biológicos, buscando justamente atenuar a partida deles fazendo um prolongamento e deslocamento da parentalidade através do SAF, que, se por um lado, tampona essa questão, por outro, os reenvia novamente para esse sentimento de do ninho vazio quando as crianças e os adolescentes são desacolhidos.

Observamos ainda que, por vezes, separar-se dos acolhidos faz com que os casais parentais não apenas se relembrem das partidas de seus filhos biológicos, como, também, se identifiquem com os pais biológicos dos acolhidos e que deles foram abruptamente afastados.

Essa questão fica evidente a partir do trecho da narrativa transferencial a seguir.

Antes mesmo de conhecer Narceja e João-de-barro eu já sabia, a partir das informações fornecidas pela equipe técnica do SAF, que se tratava de um casal que havia solicitado interromper temporariamente os acolhimentos, embora seguisse cadastrado no SAF. Tão logo iniciamos a entrevista, o casal me contou sobre os acolhimentos que já vivenciara: uma bebê recém-nascida que permaneceu por 40 dias; uma dupla de irmãos de dois e quatro anos, que ficou por sete meses; e outra recém-nascida que esteve no acolhimento por 59 dias – a única dentre este grupo cujo desfecho do acolhimento familiar foi a adoção. Chamou a atenção que, ao falar sobre os desacolhimentos que envolveram a reintegração dessas crianças às famílias de origem, Narceja disse: “O juiz pegou de nós”. Entendi, contudo, que o casal segue convivendo com os acolhidos, uma vez que se tornaram padrinhos da primeira bebê acolhida, visitam a dupla de irmãos frequentemente e já receberam visitas da mãe adotiva da última bebê acolhida. Quando comentei que, em geral, os acolhedores não continuam estabelecendo relações com as crianças e adolescentes acolhidos, Narceja me contou sobre como tem sido essa dinâmica pós desacolhimento. Falou que até hoje, quando o casal visita a dupla de irmãos, eles dizem que querem voltar para sua casa, o que faz com que ela se recorde que, quando eles ainda estavam sendo acolhidos por ela, ela costumava brincar com as técnicas do SAF dizendo: “Não deixa eles [as crianças] comigo mais de um ano, não, porque eu não devolvo!”. Ainda, Narceja me contou que a mãe adotiva da bebê acolhida mais recentemente sempre lhe agradece imensamente, pois considera que Narceja é quem foi a mãe da criança, apesar de ela não ser a genitora. Orgulhosa, Narceja falou: “Tudo o que a mãe faz ela manda pra mim”. Quando apresentei a narrativa interativa para o casal, João-de-barro

disse que José e Maria pareciam ter perdido um filho e logo associou que poderia ser um caso similar ao dos pais cujas crianças são deles afastadas por medida protetiva. Narceja concordou com ele, apresentando o exemplo da bebê que foi adotada, cuja genitora não tinha condições psicológicas e nem financeiras para cuidar da criança. João-de-barro disse que imagina que essa mulher deve ter “essa dor do sapatinho no canto”, de não poder ver a filha da qual talvez ela poderia cuidar. À medida em que a entrevista se desenvolvia, Narceja e João-de-barro compartilharam comigo sobre a sua preocupação com o futuro das crianças acolhidas, especialmente em relação àquelas que foram reintegradas à família de origem. João-de-barro confidenciou que se pega pensando se as coisas estão bem na família para onde o acolhido foi, sendo que ele acredita que essa é a parte mais difícil de ser família acolhedora. Narceja disse que se preocupa, especialmente ao pensar que as crianças não estão mais sob sua influência, não havendo algo mais que ela possa fazer por elas.

Narceja e João-de-barro deixam evidente que, atravessados pelo campo “Ex-mães e ex-pais”, comumente identificam-se com as famílias de origem de quem as crianças foram afastadas por meio da medida de proteção, o que fica evidente no discurso produzido pelo casal após a apresentação da narrativa interativa, sobre suas preocupações em relação aos pais que “perdem” seus filhos para a medida protetiva e que diriam justamente algo similar à “o juiz pegou de nós”. Entendemos que essa confusão identitária em que o casal acolhedor se identifica com os pais biológicos, no que tange à experiência de desacolhimento, pode estar relacionada a dois aspectos: 1) devido ao fato deles lamentarem o afastamento natural entre eles e seus filhos biológicos, sentindo-se efetivamente pais biológicos diante de separações a serem elaboradas, conforme discutido previamente; e 2) devido à cultura de filiação exclusiva, que predomina em nosso imaginário social e que também atravessa o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGD/CA), segundo a qual crianças e adolescentes devem ter apenas um casal parental de referência.

Em relação a esse segundo aspecto, vemos que essa dinâmica de filiação exclusiva fica evidente nas famílias adotivas que, não raro, veem a história pregressa da criança adotada (o que abrange seus vínculos com os membros das famílias de origem e os da família acolhedora) como ameaçadora em relação à constituição do vínculo de filiação da família adotiva (Ladvocat, 2009). Desse modo, dentre as famílias atravessadas em alguma medida pelo SGD/CA – de origem, acolhedora e adotiva – parece se fazer presente uma dinâmica marcada pela perpetuação de segredos, de forma que não se possa falar sobre figuras que já atuaram enquanto referências de cuidado, sendo comum que crianças e adolescentes, após serem adotados, percam o contato inclusive com as famílias acolhedoras, conforme constatado em nossa experiência em um grupo de apoio à adoção. Cavalhieri, Silva, Barreto e Crepaldi (2017) chamam a atenção para os possíveis danos advindos da manutenção de segredos familiares, tanto para a dinâmica desse grupo quanto para seus membros, apontando esse modo de funcionamento como um fator de risco ao desenvolvimento individual e à formação de sintomas.

Assim, embora seja interessante que os vínculos entre acolhedores e acolhidos sejam minimamente preservados ao fim da medida de proteção, enquanto uma forma de mediação para o enfrentamento do desligamento (Suster, Fonseca, & Navarro, 2020), nem sempre isso se concretiza. Para além das possíveis consequências danosas que crianças e adolescentes podem ter mediante a ruptura de vínculos de filiação (Kuabara et al., 2016), entendemos que os pais acolhedores, mesmo que não se encontrem na mesma situação de vulnerabilidade psíquica que a dos acolhidos, também são tomados por sofrimento emocional, ao serem furtados de terem contato com os acolhidos após o desacolhimento, experienciando, conforme denuncia Narceja ao falar “o juiz pegou de nós”, a sensação de ter sofrido uma destituição do poder familiar ao fim da medida protetiva.

Evidentemente que, ao pontuarmos que comumente as famílias – sejam elas as adotivas ou as biológicas –, após o desfecho da medida de proteção, rompem os vínculos entre as crianças e adolescentes acolhidos com os casais acolhedores, entendemos que a questão ultrapassa a mera (in)capacidade psíquica de cada uma dessas famílias de preservar os vínculos de filiação importantes para as crianças e adolescentes. Compreendemos que, na contemporaneidade, temos vivido segundo uma lógica familista, conforme a qual se espera que crianças e adolescentes sejam exclusivamente cuidados em seus ambientes familiares, cabendo às famílias assegurarem os seus direitos, por vezes sem poder contar com a proteção do Estado (Darcanchy, 2022). Assim se, no passado, conforme fica evidente no clássico trabalho de Ariès (1975/2022), crianças circulavam entre diferentes grupos para além daquele constituído pelo casal parental, com a parentalidade sendo exercida de modo comunitário, a partir das transformações culturais nos séculos XVII e XVIII, com a maior valorização da infância, a família nuclear se viu convocada a responsabilizar-se mais diretamente (e quase exclusivamente) por seus filhos.

Se, por um lado, reconhecemos que essa mudança paradigmática se revelou valiosa, uma vez que crianças e adolescentes saíram de um campo de invisibilidade social, por outro, vemos que, a partir dessa lógica familista, foi sendo cunhada uma dinâmica em que os vínculos de filiação de crianças e de adolescentes se tornam excludentes entre si. Em outras palavras, em detrimento do antigo provérbio africano “É preciso uma aldeia inteira para educar uma criança”, vemos que o que impera é uma cultura em que, em geral, a família adotiva, a família acolhedora e a família biológica se ocupam de crianças e de adolescentes de maneira excludente, dificultando o seu acesso aos integrantes dos outros grupos familiares pelos quais a criança já transitou.

Se, por um lado, notamos uma lógica familista que predomina em nosso imaginário social, por outro, reconhecemos que, concomitantemente à essa lógica familista, há uma

perspectiva de corresponsabilização pelos cuidados e pela garantia de direitos a crianças e adolescentes permeando o SAF. Trata-se de algo que a antropóloga Cláudia Fonseca (2002) problematiza ao evidenciar a coexistência de diferentes figuras maternas em famílias de origens populares em Porto Alegre, dinâmica essa que aparece inclusive enquanto precursora do acolhimento familiar, ainda que aconteça informalmente, sem intervenções judiciais e institucionais, em muitos dos casos. Desde essa perspectiva, o SAF se colocaria na contramão da ideologia familista, ao considerarmos que os acolhedores investem recursos psíquicos, afetivos e financeiros em relações que sabem de antemão serem provisórias, o que é dissonante em relação à “economia dos afetos” em voga na contemporaneidade, que presa pela posse e pela garantia de continuidade (Salvagni, 2024; Suster, 2017).

Independentemente disso, atravessados pelo campo “Ex-mães e ex-pais”, observamos que os casais acolhedores entrevistados manifestavam essa dinâmica de filiação exclusiva, cultivando a fantasia de que eles seriam aqueles que melhor cuidariam das crianças e dos adolescentes acolhidos, em detrimento das famílias adotivas e/ou de origem – em especial, esta última. Trata-se de algo que Graúna e Sabiá evidenciam ao longo da entrevista, cujo trecho de narrativa transferencial é apresentado a seguir:

Ao me relatarem sobre os acolhimentos que já haviam vivido, Sabiá disse que o primeiro havia tido uma “particularidade”, pois durara quatro anos e meio, o que fez com que o casal se apegasse demais a esse grupo de três irmãos. Graúna complementou explicando que essas crianças exigiam muitos cuidados, pois ainda mamavam e usavam fraldas. Ao mesmo tempo em que o casal discorria sobre os cuidados altamente investidos que precisavam fazer, chamou a minha atenção que, em seu discurso, predominava que o acolhimento propriamente dito não havia sido difícil, com Graúna, por exemplo, afirmando que as crianças gostavam de ficar em sua casa, de ser cuidadas por eles. Quando o casal me contou sobre o outro grupo de três irmãos, cujo acolhimento durou três meses e terminou com a reintegração

das crianças para a família extensa, na figura da avó materna, entendi que o desacolhimento é que de fato se revelava dificultoso, uma vez que Graúna conta que todos os dias essa avó lhe enviava mensagens por WhatsApp. Entendi que, apesar de ainda ter certo contato com as crianças que foram por eles acolhidos, o que faz com que Graúna se sinta como uma avó para as crianças, é muito difícil se separar delas, especialmente quando são bebês, quando “dá vontade de sequestrar eles”. Ela me mostrou as fotos do primeiro grupo de irmãos acolhidos, diante do que comentei que as crianças estavam mais crescidas e desenvolvidas quando da sua partida. Graúna concordou dizendo que elas aprenderam a ler, trocaram os dentes de leite, ressaltando: “Tudo foi aqui em casa”. Segundo ela, um dos acolhidos lamentou ter de ir embora, falando: “Agora que está ficando bom...”. Assim, em diferentes momentos da entrevista, o casal parental discorreu sobre a qualidade do cuidado que havia sido dedicado às crianças, contrapondo que aquilo o que oferecia diferenciava-se do que elas haviam recebido, previamente. Mediante o convite para que completassem a narrativa interativa, Sabiá inventou que José e Maria eram uma família acolhedora que estava sentindo falta de alguém que morava com eles; Graúna, no entanto, discordou do esposo e disse que também poderia ser de alguém da própria família “que depois né...” e não concluiu a sua fala. Nesse momento da conversa, senti vontade de explorar a fala inconclusa de Graúna mais demoradamente, contudo, não o fiz. A posteriori e contratransferencialmente, tive a impressão de que a finitude intrínseca ao acolhimento familiar provoca tamanho sofrimento que, por vezes, nem se faz possível abordar o assunto, de modo que Graúna não consegue sequer expressar o que pode ter acontecido a esse membro da família que não está mais presente. Mais adiante, Graúna contou que, quando o bebê do último acolhimento foi buscado por sua avó materna, chorou por várias horas seguidas e apenas conseguiu se acalmar quando Graúna o encontrou no serviço de saúde para o qual foi levado. Em meio às narrativas sobre a sua preocupação em relação ao estado das crianças que haviam retornado para as suas famílias

de origem, descobri que Graúna costumava dormir no mesmo quarto que as crianças e chegara a emagrecer quatro quilos em uma das ocasiões, tamanha devoção aos cuidados daqueles que ainda eram bebês. Ao final da entrevista, Graúna expressou a vontade de acolher apenas uma criança da próxima vez, mas ressaltou seu desejo de que esta seja, de preferência, um bebê.

A partir desse material, o casal entrevistado discorreu sobre a sua compreensão de que as crianças que se encontram em situação de acolhimento familiar demandam um cuidado maior, em função das privações vividas previamente e que, justamente, culminaram em medidas protetivas. Winnicott (1953/1997), apesar de não tratar do acolhimento familiar em específico, já apontava que as crianças adotadas, em especial aquelas na primeira infância, demandariam um pouco mais de “mimo” por parte de seus pais adotivos, em função dos possíveis danos psíquicos decorrentes da separação das figuras parentais de origem. Trata-se de algo que é corroborado pelo discurso dos acolhedores entrevistados, em contexto de grupo, por Suster (2017), que evidenciaram a importância de que os relacionamentos estabelecidos com os acolhidos sejam reparadores, no sentido de que as crianças e adolescentes sejam colocados enquanto prioridade no grupo familiar. Desse modo, Graúna e Sabiá compartilham da percepção de que o cuidado ofertado por eles pode mitigar os efeitos das violações de direitos sofridas pelas crianças e adolescentes acolhidos.

Algo que chama a atenção é que, assim como Winnicott, ao discorrer sobre a importância de um ambiente suficientemente bom, associava-o à figura da mulher-mãe, observamos em nossas entrevistas junto aos casais parentais que as mulheres-mães se destacaram em relação a seus companheiros, no sentido de terem participado mais ativamente ao longo das entrevistas – tanto por terem produzido mais verbalmente, quanto por apresentarem-se enquanto figuras mais atuantes no cuidado dos acolhidos. Isso fica evidente na entrevista com Graúna e Sabiá, em que Graúna relata que dormia no mesmo quarto que o

das crianças e emagreceu quatro quilos durante os meses em que cuidou delas. Trata-se de um achado de pesquisa que é corroborado pela literatura especializada, visto que muitos estudos contaram igualmente com a presença mais representativa das mulheres acolhedoras enquanto participantes do que a de seus companheiros (Darcanchy, 2022).

Assim, a despeito de, numa perspectiva pós-winnicottiana, existir uma compreensão mais ampliada de que o ambiente facilitador da criança não necessariamente precisa ser exercido pela mulher-mãe (Campana & Gomes, 2019), havendo autores que discorrem sobre a possibilidade da preocupação materna primária descrita por Winnicott (1956/2021) ser exercida por qualquer outra figura, aos moldes de uma preocupação parental primária (Campana et al., 2019), vemos que o que tem prevalecido é ainda uma dinâmica materno centrada. Segundo Iaconelli (2023), existe um forte cunho maternalista em nossa cultura, de modo que as mulheres são exclusivamente associadas ao trabalho reprodutivo e não remunerado, sendo consideradas as principais responsáveis pelo cuidado das futuras gerações, com o objetivo de garantir sua sobrevivência física e inscrevê-las na cultura. Nesse contexto, podemos nos perguntar acerca do lugar ocupado pelas mulheres-mães acolhedoras nessa “economia reprodutiva”, considerando que são elas que exercem prioritariamente a parentalidade, mesmo que provisoriamente, de crianças e adolescentes que se encontram desprovidos de seus vínculos parentais de origem (Darcanchy, 2022), além de apresentarem um maior envolvimento emocional na atuação enquanto família acolhedora, comparativamente às figuras masculinas (Suster, 2017). Às vulnerabilidades psíquicas de cuidar em uma sociedade maternalista parecem somar-se os desafios das circunstâncias próprias do SAF.

Em meio a esse discurso maternalista, vemos que não apenas Graúna parece ter se investido psíquica e corporalmente mais do que Sabiá, nos cuidados das crianças acolhidas, como, também, parece nutrir a fantasia de que ela seria capaz de ofertar um melhor cuidado a elas do que os seus familiares de origem, o que é corroborado pela pesquisa de Suster (2017).

Quando Graúna relata que apenas ela teria conseguido conter o choro incessante do bebê, que ocorreu logo em seguida à reintegração desse grupo de irmãos à família de origem (na figura da avó consanguínea), é como se a participante nos contasse que ela é quem é a avó “de verdade”, pois é quem realmente consegue cuidar dessas crianças no que elas necessitam – o que, contratransferencialmente, nos remete ao ditado popular “mãe (no caso, avó) é quem cuida!⁵”.

Ademais, a manifestação de Graúna de seu desejo por receber um bebê no próximo acolhimento nos permite presumir que o acolhimento de crianças dessa faixa etária é marcado por um trabalho psíquico especial, diferente dos demais. Apesar de os acolhedores (em especial, as mulheres-mães) mostrarem-se desejosos e satisfeitos quanto ao cuidado dos bebês acolhidos, parece mais difícil desinvestir-se psiquicamente dessas crianças quando chega o necessário e inevitável momento do desacolhimento, dada a maior devoção e investimento psíquico exigidos para cuidar de bebês que dependem mais absolutamente de seus cuidadores, sendo que estes convocados a atingir o estágio de preocupação parental primária (Campana et al., 2019). Fonseca (2002) constata o prazer com que recém-nascidos são cuidados no contexto de exercício da parentalidade para além da família nuclear, de modo que, não raro, bebês são acolhidos rapidamente por outras pessoas quando as circunstâncias o exigem.

Contratransferencialmente, o sofrimento relatado por Graúna quando da despedida do bebê acolhido nos remeteu à imagem de uma separação traumática vivenciada pela mãe cujos filhos foram retirados de si forçosamente - a mãe passarinho que, após de ter deixado seu ninho em busca de alimento para nutrir seus filhotes, retorna ao lar e não mais os encontra.

⁵ Fonseca (2002) pontua que, embora prevaleça a ideia de filiação exclusiva, que fica evidente no dito popular “mãe só tem uma”, em sua minuciosa pesquisa de campo, constatou a coexistência de diferentes figuras de cuidado nas famílias entrevistadas, sendo que os sujeitos da pesquisa se referem a todas elas enquanto “mãe”, superando a lógica exclusivista quanto às referências familiares e de cuidado. Segundo seus achados, as crianças cuidadas por diferentes “mães” não necessariamente vivenciam essa experiência enquanto algo danoso.

Vemos, de todo modo, que no campo “Ex-mães e ex-pais”, não apenas os casais acolhedores sentem-se privados do contato com os acolhidos, por parte das famílias biológicas e adotivas, tal como discutido previamente, como eles também parecem nutrir fantasias de que as crianças estariam sob melhor cuidado com eles. Parece haver, assim, uma dinâmica “adversarial” entre todos os grupos familiares pelos quais as crianças e os adolescentes acolhidos transitam, em especial no que tange à família de origem, o que está em consonância com os vários estudos que destacam que em geral os participantes do SAF sustentam uma visão culpabilizante em relação às famílias de origem acerca das condições que culminaram no afastamento de suas crianças e adolescentes (Aguiar et al., 2019; Darcanchy, 2022).

Seguindo essa linha de raciocínio, podemos pensar que, em meio ao sofrimento na experiência de desacolhimento, existe não apenas um mal-estar pelo desinvestimento psíquico que precisa ser operado após tantos “mimos” que foram dispensados aos acolhidos, como, também, fantasias de que os acolhedores seriam os “salvadores” ou “redentores” dos acolhidos (Bussinger & Lima, 2014) que, sem eles, ficariam desassistidos. Graúna e Sabiá, por exemplo, deixam evidente o temor de que a avó materna das crianças acolhidas por eles falhe em dar continuidade aos seus cuidados de maneira suficientemente boa.

Evidencia-se, assim, certo olhar colonialista voltado para as crianças e adolescentes inseridas no SGD/CA, bem como para suas famílias de origem – que parecem ser consideradas incapazes de cuidar suficientemente bem de seus filhos (Aguiar et al., 2019; Darcanchy, 2022; Salvagni & Pedroza, 2022; Souza & Cagnani, 2020). Entendemos que esse dado se revela valioso, principalmente se constatamos que, frequentemente, as condições materiais que subsidiam as famílias de origem e as famílias acolhedoras são fundamentalmente diferentes, o que seguramente impacta na qualidade dos cuidados sustentados por cada uma delas. Nesse sentido, vemos que, por mais que seja preconizada a promoção dos grupos familiares de origem, com a compreensão de que a doutrina da proteção integral à infância e adolescência

deva abranger também uma preocupação efetiva com as condições das famílias de origem, de modo que oportunizem a garantia dos direitos de seus filhos, as intervenções têm se dado sobretudo no campo do afastamento da criança e do adolescente em relação ao seio familiar (Suster, 2017).

Em meio ao sofrimento relativo ao desacolhimento, identificamos no campo “Ex-mães e ex-pais” algumas estratégias defensivas que são adotadas pelos casais acolhedores para atenuar as angústias suscitadas, dentre as quais a troca acelerada de crianças acolhidas; a interrupção dos acolhimentos; e a formação de um falso *self*. Em relação à primeira delas, apresentamos o trecho da narrativa transferencial elaborada a partir da entrevista com Tangará e Curió:

Desde o começo da entrevista, Tangará apresentou-se como a parte mais interessada do casal em participar do SAF. Ela me contou que conheceu o programa no início de sua implementação, há nove anos, e que tem contribuído desde então, sendo que já acolheu 10 crianças, “quase uma por ano”. Ao discorrer sobre os vários acolhimentos que o casal já havia feito, ela destacou que o acolhimento mais desafiador foi o primeiro, quando recebeu um adolescente de 12 anos que teve que “devolver” para a equipe técnica, devido a conflitos entre esse acolhido e seu filho, que na época tinha a mesma idade que ele. Quanto à despedida das crianças acolhidas, Tangará me disse que todo o grupo familiar sofre, incluindo seus filhos. Curió disse que já se conformou com a despedida, apesar do sofrimento causado por ela: “Você vê ela [a criança] te chamar de pai, de mãe, aí ali vira uma família. Na mesma hora que vira uma família, aí já não é mais”. Tangará, contudo, disse que ainda não se conforma, pois comprehende intelectualmente que deve se despedir, porém não em seu coração. O casal me contou então sobre a despedida mais dolorosa para a família até o momento, na qual Curió estava viajando a trabalho e comprou um presente para a criança acolhida, mas não retornou a tempo de entregá-lo antes de sua partida. Contratransferencialmente, ao me

identificar com o sofrimento expresso por eles, pontuei sobre as alternativas para um possível reencontro que permitisse que Curió finalmente presenteasse a criança. Tangará confidenciou, nesse momento, que já pensou em deixar de participar do SAF por diferentes ocasiões, após o término de um acolhimento; contudo tem sido encorajada por Curió a continuar, tendo em vista o bem que estão promovendo para os acolhidos. Após a apresentação da narrativa interativa, Tangará disse que essa é uma história real, pois conta o que acontece de fato com os acolhedores. Ela falou sobre como a criança acolhida preenche a mesa de jantar de sua casa, havendo sempre uma das cadeiras que é reservada para alguém que será acolhido. Tangará retomou a dor da partida dos acolhidos e apresentou algumas estratégias para minimizar seu sofrimento diante disso, dentre as quais esconder ou mandar todos os pertences da criança para longe ou, ainda, pedir às técnicas do serviço que não a deixem muito tempo sem acolher (tanto que o casal já chegou a finalizar um acolhimento e iniciar outro no mesmo dia). Pouco antes do término de nossa conversa, Tangará revelou que foi cuidada por outros membros da família ao longo de sua infância, que não seus pais, além de ter vivido em uma instituição de acolhimento entre seus 12 e 18 anos, após ter sido abandonada por sua mãe. Ela me disse que sempre guardou o desejo de trabalhar numa instituição desse tipo, porém não pôde fazê-lo por conta do maior cuidado exigido por um de seus filhos, depois que este recebeu o diagnóstico de TDAH. Ela conclui dizendo que participar da família acolhedora “é uma forma de dar o que eu não tive”.

Por conta das especificidades desse caso, é possível, num primeiro momento, levantarmos a hipótese de que, talvez, o movimento realizado por Tangará de sempre acolher uma criança por ano (mesmo que a experiência de acolhimento se revele desafiadora, a ponto de já ter ocorrido uma “devolução”) relaciona-se intimamente com a sua história de vida. Bussinger e Lima (2014), bem como Suster (2017), apontam para algo semelhante, discorrendo que não raro as histórias de vida de acolhedores são marcadas por privações e violências.

Desde essa perspectiva, é como se, para fazer frente à experiência de ter sido abandonada por sua mãe na adolescência, Tangará se visse incumbida de protagonizar o lugar de mulher-mãe que acolhe ininterruptamente as crianças cujos laços de filiação foram igualmente devastados. Nesse sentido, acolher um atrás do outro seria uma forma de Tangará de elaborar um mal-estar materno-filial, não em relação aos filhos biológicos que já se mostram independentes, mas, sim, em relação à “ex-mãe” que ela própria teve na condição de filha institucionalizada. Por outro lado, podemos pensar que, quando ela precisa se despedir do acolhido, sente-se como uma mãe que devolve seu filho, vale dizer, como uma “ex-mãe”, à semelhança de sua própria figura materna.

Aqui seria possível inclusive traçarmos um paralelo com a literatura psicanalítica referente à experiência de mulheres que entregam sucessivamente seus filhos à adoção (Menezes & Dias, 2011), o que acreditamos relacionar-se à atuação de Tangará enquanto mãe acolhedora, que também é atravessada por uma certa compulsoriedade. Para as autoras, a não elaboração da entrega de um filho pode explicar a repetição dos ciclos de abandono-adoção, o que nos leva a pensar que a experiência de Tangará de devolução do primeiro adolescente acolhido pode ter colocado-a na posição psíquica de repetição dessa experiência insuficientemente elaborada.

Num segundo momento, entretanto, entendemos que, para além das questões particulares de Tangará com o laço materno-filial, essa dinâmica de “rodízio” de crianças, por meio do início de outro acolhimento imediatamente após o término do anterior, equivaleria a uma maneira de não entrar em contato com as angústias suscitadas por essa despedida. Cuidar de outra criança parece ser uma maneira de evitar o sofrimento em relação àquela que partiu, motivo pelo qual Tangará pede às técnicas do SAF que não lhe deixem muito tempo sem acolher, pois ela acredita que sofre menos dessa maneira.

Ademais, tal como discutido previamente, assim como os casais parentais precisam se reorganizar psiquicamente para lidar com a chegada e a partida de cada filho biológico, podemos pensar que o mesmo ocorreria com cada criança e adolescente acolhido, uma vez que as famílias são exigidas na reorganização dos papéis de seus subsistemas a cada novo rearranjo na sua configuração (Minuchin et al., 2008). Silva e Lopes (2012) apontam que, a partir da inauguração da parentalidade, constrói-se um novo subsistema e fronteiras que o delimitem. Presumimos que receber outras crianças e adolescentes no seio da família durante uma medida de acolhimento funciona como uma “(re)inauguração” da parentalidade, que exige a (re)construção de um novo subsistema, bem como de fronteiras que o delimitem. Desse modo, para esses casais parentais, parece ser menos dispendioso psiquicamente devotar-se a novos acolhimentos sucessivamente, fazendo deslocamentos de maneira compulsiva, do que voltar-se para a elaboração das separações anteriores.

Faz-se importante destacar, para além das questões intrapsíquicas que podem estar interatuando nessa dinâmica de um novo acolhimento logo após um desacolhimento, que esse modo de funcionamento das famílias acolhedoras também pode estar associado ao que Darcanchy (2022) observou a partir da análise dos estudos desenvolvidos sobre o SAF em nosso país. Como, em geral, não há famílias o suficiente para dar conta do quantitativo de crianças e adolescentes que foram inseridos em medida de proteção e, tendo em vista que o acolhimento familiar deve ser prioritário em relação ao acolhimento institucional, não raro o SGD/CA convoca os acolhedores a adentrarem num ciclo de acolhimento seguido rapidamente de um desacolhimento. Desse modo, os acolhedores são convocados pelo serviço a acolher sucessivamente, sendo “furtados” de momentos que poderiam servir para a elaboração dos lutos em relação à partida dos acolhidos.

Deparamo-nos, contudo, ao longo das entrevistas, com alguns casais parentais que, no sentido oposto ao acolhimento sucessivo e acelerado de crianças, recorreram à interrupção

temporária dos acolhimentos, conforme ilustrado pelo seguinte excerto da narrativa transferencial referente ao encontro com Perdiz e Guará:

Já sabia de antemão que esse casal, apesar de ainda estar cadastrado no SAF, havia optado pela suspensão temporária dos acolhimentos. Entendi que isso já havia ocorrido em momento anterior, logo após terem acolhido um bebê que permaneceu com a família durante 11 meses, tendo sido adotado posteriormente. Apesar de Perdiz dizer que aquele havia sido o acolhimento mais difícil, localizou que a interrupção dos acolhimentos havia se dado por descobrir-se grávida de sua filha mais nova, optando por investir-se exclusivamente nos cuidados dela até que ela completasse um ano de idade. Quando indaguei sobre os motivos que conduziram o casal à interrupção dos acolhimentos no momento presente, o casal já foi capaz de referenciar não apenas a necessidade de dar maior atenção às suas filhas, mas também à sua experiência com os últimos acolhimentos. Entendi que haviam acolhido uma dupla de irmãs de quatro e 12 anos, ambas fora da faixa etária escolhida por eles (entre zero e três anos), decisão que Perdiz descreveu enquanto “uma loucura”, pois recebeu uma ligação da equipe técnica às três horas da manhã e não teve muito tempo para pensar. Depois disso, a família recebeu três bebês, sucessivamente. Focando nesse último bebê, cujo acolhimento havia se encerrado há três meses, Perdiz conta que já estava resoluta em retirar-se do SAF (sem deixar claro se temporária ou definitivamente), tanto que havia pedido para não dar início a novos acolhimentos por um tempo. Contudo, as técnicas do serviço lhe telefonaram no dia 22 de dezembro e lhe disseram que outra bebê precisava de uma família e passaria o Natal em um abrigo, caso Perdiz não a recebesse. Contratransferencialmente, me senti identificada com Perdiz e comentei: “Como que não pega, né?”. Quando apresentei a narrativa interativa, Perdiz disse que pensava que o casal da história havia conversado sobre o vazio vivenciado por eles e comentou que continua a procurar as crianças pela casa mesmo quando elas não estão mais presentes, sendo que “é estranho lembrar”. Guará me contou que

o juiz da Vara da Infância e Juventude costuma dizer que “para suprir o vazio, tem que acolher outro”, sendo que lhes perguntou se estavam preparados para acolher novamente após sua última experiência. Nesse momento, Perdiz conta que respondeu que não, pois o casal iria “guardar o luto”. Algo que me chamou a atenção foi que, contratransferencialmente, essa entrevista (que foi a última da presente pesquisa) me provocou uma certa confusão, como que uma “saturação psíquica” após entrar em contato com tantas histórias de perdas e despedidas, sucessivamente, ao longo de menos de dois meses.

Apesar de Narceja e João-de-barro também terem optado por interromper temporariamente os acolhimentos na ocasião da realização da entrevista, consideramos que Perdiz e Guará ilustram emblematicamente o movimento de afastamento enquanto uma estratégia defensiva possível de ser empregada pelos acolhedores que habitam o campo “Ex-mães e ex-pais”. Afinal, o casal relata já ter se afastado dos acolhimentos anteriormente, à época da gestação e nascimento de sua filha caçula, bem como discorre sobre a dúvida em relação a permanecer ou não disponíveis no SAF, o que significa, em outras palavras, experienciar sucessivamente novas despedidas em relação aos acolhidos ou despedir-se em definitivo do serviço.

Seria possível pensarmos que a saturação psíquica experienciada pelo casal – e compartilhada contratransferencialmente pela pesquisadora – estaria intimamente associada ao fato de terem uma filha que ainda se encontra na primeira infância e de terem experienciado três acolhimentos sucessivos de bebês, na medida em que um maior investimento psíquico se faz necessário no cuidado de crianças em um período desenvolvimental de maior dependência, depois do que parece ser mais difícil desinvestir-se, conforme discutido no caso de Graúna e Sabiá. Afinal, como bem pontua Winnicott (1960a/2022), se, por um lado, o bebê encontra-se numa dependência absoluta em relação ao ambiente, de outro, isso significa que os

cuidadores que compõem esse entorno do bebê⁶ precisam se mostrar a ele de modo altamente devotado, sendo capazes de experienciar uma preocupação parental primária (Campana et al., 2019). Desde essa perspectiva, a saturação psíquica vivida pelo casal parece ser fruto tanto dessas constantes convocações ao estado de preocupação primária, direcionado ao cuidado de crianças na dependência absoluta, como, de maneira polarizada, dessas frequentes convocações para se desinvestirem psiquicamente daqueles que foram seu principal alvo de cuidado.

Ainda tratando dos cuidadores que adentram esse estado sensível de preocupação em relação àqueles que deles dependem, Winnicott ressalta a importância de que a essas figuras também seja ofertado *holding*⁷, de modo que se sintam apoiadas em sua tarefa de cuidado e possam realizá-la de maneira suficientemente boa (Winnicott, 1963/2022). Por mais que ele não tenha abordado propriamente essa temática, podemos relacionar esse apontamento do psicanalista inglês à experiência dos casais acolhedores, que, para que possam cumprir os cuidados altamente complexos aos acolhidos, necessitam eles próprios se sentirem emocionalmente sustentados.

A partir de sua experiência profissional num SAF, Salvagni (2024) pontua, contudo, que testemunha frequentemente o desamparo por parte dos acolhedores participantes desse e de outros SAFs, o que leva a autora a refletir sobre a importância da equipe técnica junto aos cuidadores, que, de certo modo, viabilizam que se faça valer da família enquanto instituição para a matricialização de políticas públicas. Mas, ao discorrer sobre esse acompanhamento da equipe técnica junto aos acolhedores, a autora chama a atenção para a necessidade de um suporte que ultrapasse o saber técnico, tão essencial evidentemente, abarcando também a

⁶ Ressaltamos contudo que, no contexto das medidas protetivas, crianças e adolescentes que já deixaram a infância também podem requerer maior adaptação do ambiente, em um movimento de regressão à dependência, necessário para que se possa reparar as falhas ocorridas no ambiente originário de desenvolvimento. Winnicott (1953/1997) produz um apontamento semelhante em relação ao cuidado de crianças adotadas.

⁷ Utilizamos os conceitos de *holding* e sustentação enquanto sinônimos intercambiáveis.

dimensão relacional do cuidado, trazendo à tona a discussão acerca da profissionalização do acolhimento familiar.

Observa-se assim uma perspectiva de compartilhamento e de sustentação mútua entre os acolhedores e os profissionais da equipe, diante de crianças e de adolescentes cujos direitos foram violados e que demandam tanto *holding* por parte do ambiente (Tachibana & Barbosa, 2022). Sem focalizar especificamente na rede de cuidado a ser composta entre equipe técnica e acolhedores, Vieira e Castanho (2021), discorrem sobre esse *holding* grupal como algo que inclusive viabiliza que se possa “sonhar” coletivamente, consistindo em um preparo psíquico para as possibilidades de cuidar. Tratar-se-ia de algo essencial em especial para aqueles que se ocupam diariamente de sofrimento psíquico radical e que, não raro, podem ser tomados igualmente por sentimentos de desamparo e de desesperança (Ribeiro & Cesar, 2021).

A partir dessas reflexões, podemos pensar que, no caso específico de Perdiz e Guará, embora a equipe técnica do SAF tenha insistido para que o casal acolhesse o bebê, focalizando na falta de *holding* que ele poderia vir a experienciar num acolhimento institucional, ao invés de o casal de acolhedores ter se sentido acolhido pela equipe e com ela constituído uma rede nos cuidados do bebê, parece ter se sentido por ela desamparada. Em outras palavras, é como se Perdiz e Guará nos contassesem que cogitam tornar-se definitivamente “Ex mães e ex-pais”, desligando-se do SAF, não apenas pelo *holding* a ser ofertado a bebês altamente dependentes do ambiente, mas, também, pela falta de *holding* que eles estariam sentindo por parte do entorno.

Vale destacar que, durante a realização das entrevistas, ao longo de dois meses, a própria entrevistadora, contratransferencialmente, se sentiu, em determinado momento, saturada psiquicamente, com dificuldades para acompanhar a ordem dos fatos relatados pelas duplas, em especial pelo casal Perdiz e Guará. O encerramento da coleta de dados acabou se dando

sobretudo em função desse desgaste psíquico do que pela falta de tempo hábil para realizar novas entrevistas e acolher novos casais acolhedores em suas narrativas.

Mas, para além das movimentações polarizadas entre acolher ininterruptamente ou interromper a participação no serviço, também nos deparamos com outra movimentação mais sutil, por parte de alguns dos entrevistados, associada à defesa do tipo falso *self*. Destacamos o trecho da narrativa transferencial derivada da entrevista com Andorinha e Bem-te-vi:

Quando perguntei quem morava naquela casa, que estava tão silenciosa no meio da tarde, Andorinha respondeu que, além do casal, viviam ali seus três filhos: gêmeos de 11 anos e uma menina adolescente de 14 anos. Comentei que a casa deveria ficar cheia quando a família recebe algum acolhido. Andorinha concordou e acrescentou que as crianças acolhidas e seus filhos têm uma boa convivência; ressalta, contudo, que sua filha mais velha não costuma mais brincar com os acolhidos como o fazia no passado. Após a apresentação da narrativa interativa, Bem-te-vi disse que José e Maria pareciam sentir falta de um filho ou de um acolhido e me perguntou se acaso eu sabia de uma solução para essa história, como se estivesse diante de um “enigma” para o qual haveria uma resposta certa que solucionaria a história. Por sua vez, Andorinha disse que pensava ser um filho que saiu de casa ou que foi estudar em outra cidade. Ambos, apesar de apresentarem-se um tanto reticentes, pensaram em saídas em potencial para o sofrimento vivenciado por José e Maria decorrente dessa falta: para Bem-te-vi, seria possível tornar-se família acolhedora (o que pode “preencher” a vida dos cuidadores) ou buscar por uma adoção; para Andorinha, seria visitar o filho que partiu. Quando perguntei acerca da experiência do grupo familiar ao longo dos acolhimentos, Bem-te-vi me contou que sentiu muita falta de todas as crianças após sua partida, sofrendo mais intensamente após a despedida de uma menina de um ano e quatro meses, que foi adotada. Inclusive, depois disso, a família preferiu não mais receber bebês. Nesse momento, Andorinha queixou-se da escassez de informações e contatos com as crianças após o desacolhimento,

comentando que desconhecia se a última criança recebida pela família, que fora transferida para uma instituição de acolhimento em outra cidade, retomou ou não a convivência com sua mãe biológica. Logo o casal começou a discorrer reiteradamente acerca da importância de que mais famílias participem do SAF, fazendo uso de termos técnicos, quase que reproduzindo uma campanha publicitária acerca da relevância do serviço. Diante da menor produção do casal por associação livre, sinalizei o encerramento de nossa conversa, ao que Andorinha me perguntou: “Já acabou?”.

Algo que chama a atenção no material produzido por Andorinha e Bem-te-vi é que, embora o casal tenha discorrido, de maneira análoga aos outros casais, sobre o mal-estar referente à experiência de desacolhimento, ressaltando igualmente questões sobre a falta de informações em relação àqueles que foram acolhidos, também apresentou, em alguns momentos da entrevista, um discurso mais desafetado, a exemplo de quando começou a discorrer sobre o SAF de modo um tanto propagandeadoo. Uma vez que Andorinha e Bem-te-vi começaram a entrevista falando sobre seus sentimentos, mesmo que de forma superficial, e foram migrando aos poucos para um discurso notadamente tecnicista, por vezes se assemelhando aos profissionais que trabalham no SAF, podemos nos indagar acaso eles teriam nos comunicado, nas entrelinhas, que, para fazer frente à dor do desacolhimento, é preciso focar racionalmente na importância do serviço de acolhimento.

Aqui, mais uma vez, podemos articular os achados de pesquisa à obra winnicottiana, em especial ao conceito de falso *self*, formação que acontece de modo a encobrir e proteger (ou pretender substituir) o verdadeiro *self*, conforme teorizado por Winnicott (Winnicott, 1960b/2002, 1964/2021) e muito explorado na literatura psicanalítica desde então, especialmente na discussão de casos clínicos (Galván & Moraes, 2009; Silva, Lima & Barbosa, 2014). Enquanto o verdadeiro *self* está relacionado ao viver criativo e ao sentir-se real, vemos que a formação de um falso *self* pode estar associada tanto a questões patológicas quanto a um

estado saudável e desejável, a depender do nível em que se encontra. No primeiro caso, o verdadeiro *self* seria encoberto pelo falso *self*, sobrepondo-se ao verdadeiro, isto é, ocultando-o, o que se, por um lado, viabiliza que o indivíduo dissocie de seus sentimentos dolorosos, por outro, o furta de sua autenticidade, levando-o, em casos extremos, a um viver atravessado por submissão. No segundo caso, o falso *self* encobriria apenas parcialmente o verdadeiro *self*, favorecendo que o indivíduo consiga sustentar uma atitude social polida e amável para com o outro, assumindo uma função de algo que protege o indivíduo em suas interações no mundo (Winnicott, 1960/2022, 1964/2021).

No presente trabalho, não pretendemos precisar a qualidade do falso *self* erigido por Andorinha e Bem-te-vi, até porque a pesquisadora se encontrou com os participantes em apenas uma ocasião. Observamos, contudo, que Andorinha e Bem-te-vi revelam a necessidade de desviar o olhar em relação à parte desafiadora do acolhimento familiar, vale dizer, o desacolhimento, para voltá-lo para as vantagens do serviço, como que numa estratégia defensiva, aos moldes de um falso *self*, para tamponar possíveis vivências marcadas pelo sofrimento. Esse manejo em que as vivências emocionais se apresentam de modo mais contido é possível de ser observado inclusive no discurso apresentado pelo casal, diante da narrativa interativa que a ele foi apresentada: há uma preocupação em apresentar um desfecho supostamente correto, mais do que em apresentar suas associações livremente.

Evidentemente, ao fazermos essas reflexões não estamos questionando a capacidade dos acolhedores em investir-se psiquicamente sobre os acolhidos, nem à qualidade do cuidado por eles oferecido. Fica claro, aliás, que não se trata de um casal desafetado; pelo contrário, tratar-se-ia de um casal que precisaria recorrer a estratégias defensivas do tipo falso *self* justamente para conseguir experienciar o ninho vazio sem sentir-se tão esvaziado. Aqui seria possível inclusive fazermos uso da imagem que o casal nos traz sobre a filha adolescente, que já não brinca mais com os acolhidos, como se ela já não sentisse mais prazer em brincar: ao

que parece, Andorinha e Bem-te-vi não conseguem entrar na “brincadeira” de completar a narrativa interativa, apresentando um discurso mais intelectualizado ao longo da entrevista; contudo, vemos a capacidade de vinculação do casal quando se decepcionam com o encerramento da entrevista, como se se opusessem àquela separação.

Diante do exposto, nos questionamos acerca da possibilidade de que seja necessário para os acolhedores assumir uma postura do tipo falso *self*, de modo a lidar com o sucessivo acolhimento e desacolhimento de crianças e adolescentes que vivenciaram diferentes tipos de vulnerabilidades, violências e negligências. Estariam eles sentindo-se também vulneráveis e negligenciados? Aqui, mais do que compreendermos que caberia aos SAFs realinhar as suas práticas e modos de funcionamento de modo a ofertar *holding* àqueles que cuidam, entendemos que se faz necessário também um olhar cuidadoso às equipes técnicas (inclusive, de maneira mais abrangente, àquelas inseridas no SGD/CA). Nesse sentido, por mais que não seja esse o enfoque desse estudo, pensamos que, assim como os acolhedores, os profissionais podem também estar carecendo eles próprios de *holding*, tendo em vista que o trabalho no campo da violação de direitos suscita solidão e desesperança (Tachibana & Barbosa, 2022), o que não raro pode levar a decisões e ações desesperadas por parte do profissional. Se pensarmos que, no contexto do SAF, a oferta de *holding*, em seu caráter de cuidado, se dá na forma de uma corrente, que segue da equipe técnica em direção aos acolhedores e, em seguida, destes em direção aos acolhidos, cabe nos indagarmos: quando acontece alguma falha nessa “corrente de *holding*”, acaso os profissionais também têm encontrado sustentação em seu ambiente de trabalho imediato?

Considerações finais

Após a análise das seis narrativas transferenciais produzidas, observamos que, atravessados pelo campo “Ex-mães e ex-pais”, os casais acolhedores sentem-se “ex-mães e ex-pais” dos próprios filhos biológicos, identificam-se com os pais biológicos que foram

destituídos do poder familiar, apresentam a fantasia de que proveem o melhor cuidado aos acolhidos; e, para fazer frente às angústias de separação, engajam-se em estratégias defensivas para lidar com o sofrimento advindo da despedida, por meio da troca acelerada de acolhidos, da interrupção dos acolhimentos ou, ainda, da formação de um falso *self*.

Entendemos que esse estudo traz algumas limitações, devido ao número reduzido de entrevistados, bem como a realização de um único encontro com cada diáde, que se deu em um momento específico da inserção dos acolhedores no SAF, posterior à despedida. Ademais, restringimos o escopo da seleção de participantes a casais parentais, excluindo a possibilidade de analisarmos a experiência emocional dos acolhedores em outras configurações familiares. Diante disso, sugerimos que, em pesquisas futuras, sejam realizados estudos longitudinais de famílias acolhedoras de configurações diversas enquanto possibilidade de enriquecimento aos conhecimentos da literatura especializada sobre a temática, de modo a contribuir com análises acerca da experiência emocional dos participantes em diferentes momentos da medida protetiva e de sua participação no SAF.

A despeito de, no presente estudo, termos nos deparado com o sofrimento emocional por parte dos casais acolhedores, em especial no que tange à experiência de desacolhimento, reconhecemos o incomensurável valor do Serviço de Acolhimento Familiar para as crianças e adolescentes acolhidos, em uma perspectiva de corresponsabilização pelo cuidado entre família, Estado e sociedade. Entendemos, contudo, que, para que o SAF continue promovendo os direitos dessa população de maneira suficientemente boa, faz-se necessário que nos atentemos mais cuidadosamente às necessidades de quem cuida, considerando o quanto o acolher é perpassado por sofrimento – tanto para os acolhedores, como para os profissionais. Para isso, destacamos ainda a importância de que as políticas públicas voltadas para a infância e a adolescência sejam devidamente fomentadas, de modo a possibilitar que os direitos dessa população sejam efetivamente cuidados.

Ademais, partindo da compreensão de que o discurso dos acolhedores aparece como um convite para que ofertemos maior *holding* àqueles que têm desempenhado a tarefa da parentalidade provisória, consideramos que algo de valioso que acabou sendo revelado em nosso estudo foi que o uso de recursos lúdicos, como a narrativa interativa, pode configurar-se como estratégia valiosa a ser empregada nos cursos de formação de acolhedores, bem como, em seu acompanhamento pela equipe técnica ao longo de sua participação no serviço. Desse modo, pode-se ensaiar a despedida dos acolhidos e “sonhar” de modo protegido e cuidadoso com o ninho vazio.

Referências

- Aguiar, G. M. R. D., Martins, K. P. H., & Rosa, M. D. (2019). Criança, família e acolhimento institucional: Entre a norma e a constituição psíquica. *Configurações*, 23, 90–104. <https://doi.org/10.4000/configuracoes.6900>
- Aiello-Vaisberg, T. M. J. (1995). O uso de procedimentos projetivos na pesquisa de representações sociais: Projeção e transicionalidade. *Psicologia USP*, 6(2), 103–127. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1678-51771995000200007&lng=pt&nrm=iso&tlang=pt
- Aiello-Vaisberg, T. M. J., & Machado, M. C. L. (2005). *Narrativas: O gesto do sonhador brincante*. IV Encontro Latino Americano dos Estados Gerais da Psicanálise, São Paulo. Recuperado de https://www.researchgate.net/profile/Tania-Maria-Aiello-Vaisberg/publication/360204625_Narrativas_o_gesto_do_sonhador_brincante/links/626824618e6d637bd1000322/Narrativas-o-gesto-do-sonhador-brincante.pdf
- Ariès, P. (1975/2022). *História social da criança e da família* (3º ed). Rio de Janeiro: LTC.
- Bonfatti, S. C., & Granato, T. M. M. (2021). “É muito peso para uma pessoa só”: Narrativas interativas de adolescentes sobre o (des) acolhimento institucional. *Vínculo*, 18(1), 37–52. <https://doi.org/10.32467/issn.19982-1492v18nesp.p37-52>

- Bussinger, R. V., & Lima, N. E. (2014). Análise das motivações das famílias candidatas ao Programa Família Acolhedora de Vitória-ES. *Argumentum*, 6(2), 218–232. <https://doi.org/10.18315/argumentum.v6i2.7504>
- Campana, N. T. C., & Gomes, I. C. (2019). A study about the characteristics of the contemporary parental exercise and care network. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 36, e190028. <https://doi.org/10.1590/1982-0275201936e190028>
- Campana, N. T. C., dos Santos, C. V. M., & Gomes, I. C. (2019). De quem é a preocupação primária?: A teoria winnycottiana e o cuidado parental na contemporaneidade. *Psicologia Clínica*, 31(1), 32–53. <https://doi.org/10.33208/PC1980-5438v0031n01A02>
- Cavaliere, K. E., Silva, I. M. da, Barreto, M., & Crepaldi, M. A. (2017). Influência do segredo na dinâmica familiar: Contribuições da teoria sistêmica. *Pensando famílias*, 21(2), 134–148.
- Recuperado de
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1679-494X2017000200011&lng=pt&nrm=iso&tlang=pt
- Clermont-Tonerre, M., & Cohn, A. (Produtores) & Salles, W. (Diretor). (1998). *Central do Brasil* [DVD]. Rio de Janeiro: Le Studio Canal; Riofilme; MACT Productions.
- Costa, N. R. D. A., & Rossetti-Ferreira, M. C. (2009). Acolhimento familiar: Uma alternativa de proteção para crianças e adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 22(1), 111–118. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722009000100015>
- Costa, V. B. S., Bulhões, C. D. S. G., & Nagashima, A. M. S. (2020). “Quando os pássaros voam”: A família em momento de “ninho vazio”. *Revista de Enfermagem da UFSM*, 10, e41. <https://doi.org/10.5902/2179769236601>
- Darcanchy, A. (2022). *Famílias acolhedoras: Uma revisão crítica da literatura científica sobre acolhimento familiar de crianças e adolescentes* [Dissertação de Mestrado]. Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

- Figueiredo, C. I., Costa, M. S., Silva, M., & Camarneiro, A. P. (2022). Conjugalidades e interações familiares de casais em “ninho vazio”. *Millenium - Journal of Education, Technologies*, 21–31. <https://doi.org/10.29352/MILL0218.26803>
- Fonseca, C. (2002). Mãe é Uma Só?: Reflexões em Torno de Alguns Casos Brasileiros. *Psicologia USP*, 13, 49–68. <https://doi.org/10.1590/S0103-65642002000200005>
- Galván, G. B., & Moraes, M. L. T. (2009). Os conceitos de verdadeiro e falso self e suas implicações na prática clínica. *Aletheia*, 30, 50–58. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-03942009000200005&lng=pt&nrm=iso&tlang=pt
- Granato, T. M. M., Corbett, E., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2011). Narrativa interativa e psicanálise. *Psicologia em Estudo*, 16, 149–155. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722011000100018>
- Granato, T. M. M., Tachibana, M., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2011). Narrativas interativas na investigação do imaginário coletivo de enfermeiras obstétricas sobre o cuidado materno. *Psicología & Sociedad*, 23(spe), 81–89. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822011000400011>
- Granato, T. M., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2013). Narrativas interativas sobre o cuidado materno e seus sentidos afetivo-emocionais. *Psicología Clínica*, 25(1), 17–35. <https://doi.org/10.1590/S0103-56652013000100002>
- Herrmann, F. (2001). *Introdução à Teoria dos Campos* (1^a ed). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Herrmann, F. (2007). Teoria dos Campos: Uma pequena história. *Jornal de Psicanálise*, 40(73), 69–75. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-58352007000200004&lng=pt&nrm=iso&tlang=pt

- Herrmann, F., & Herrmann, L. (2012). Notas sobre campo e campo psicanalítico. *Ide*, 35(54), 139–147. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-31062012000100013&lng=pt&nrm=iso&tlang=pt
- Herrmann, L. (2006). A episteme da Psicanálise: Uma contribuição da Teoria dos Campos. *Jornal de Psicanálise*, 39(70), 81–96. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-58352006000100005&lng=pt&nrm=iso&tlang=pt
- Iaconelli, V. (2023). *Manifesto antimaterno: Psicanálise e políticas da reprodução* (1a ed.). Rio de Janeiro: Zahar.
- Jacobina, L. F., & Paiva, I. L. de. (2020). «Aconchego do Lar»: Discutindo o Serviço de Acolhimento Familiar. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales Niñez y Juventud*, 18(1), 1–23. <https://doi.org/10.11600/1692715x.18103>
- Junqueira, M. F. A. (2014). Parentalidade contemporânea: Encontros e desencontros. *Primórdios*, 3(3), 33–44. Recuperado de https://cprj.com.br/primordios/03/03_Parentalidade_contemporanea_encontros_e_desencontros.pdf
- Kuabara, C. Y. S., Klipan, M. L., & Abrão, J. L. F. (2016). Família acolhedora: O estabelecimento de relações objetais em situação de acolhimento. *Estilos da Clinica*, 21(2), 346–365. <https://doi.org/http://dx.doi.org/0.11606/issn.1981-1624.v21i2p346-365>
- Ladvocat, C. (2009). Famílias com filhos adotivos. Em *familiar* L.C. Osorio, & M.E.P. Valle (Orgs.), *Manual de terapia familiar* (1^a ed., pp. 279–304). Porto Alegre: Artmed.
- Mariano, P. P., Cecilio, H. P. M., Paz, R. D. C. N. D., Decesaro, M. D. N., & Marcon, S. S. (2014). Cuidando de quem não tem família: Percepção de mães acolhedoras sobre esta

experiência. *Psicologia USP*, 25(1), 21–32. <https://doi.org/10.1590/S0103-65642014000100003>

Martins, L. B., Costa, N. R. D. A., & Rossetti-Ferreira, M. C. (2010). Acolhimento familiar: Caracterização de um programa. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 20(47), 359–370. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2010000300008>

Menezes, K. L. de, & Dias, C. M. de S. B. (2011). Mães doadoras: Motivos e sentimentos subjacentes à doação. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, 11(3), 935–965. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1518-61482011001300003&lng=pt&nrm=iso&tlang=pt

Minuchin, S., Lee, W. Y., & Simon, G. M. (2008). *Dominando a terapia familiar* (2^a). Porto Alegre: Artmed.

Negrão, M., Moreira, M., Veríssimo, L., & Veiga, E. (2019). Conhecimentos e percepções públicas acerca do acolhimento familiar: Contributos para o desenvolvimento da medida. *Análise Psicológica*, 37(1), 81–92. <https://doi.org/10.14417/ap.1564>

Oliveira, M. P. de. (2007). Melanie Klein e as fantasias inconscientes. *Winnicott e-prints*, 2(2), 1–19. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1679-432X2007000200005&lng=pt&nrm=iso&tlang=pt

Pinheiro, A., Campelo, A. A., & Valente, J. (Orgs.). (2021). *Guia de acolhimento familiar – orientações para implementação de serviços de acolhimento em família acolhedora*. São Paulo: Instituto Fazendo História.

Ribeiro, M., & Cesar, F. F. (2021). “Vai passar!”: O lugar da esperança na constituição subjetiva e no encontro analítico. Em I. F. Motta, & C. Y. G. Silva (Orgs.), *Esperança e contextos de saúde* (Vol. 2, pp. 131–143). São Paulo: Ideias & Letras.

- Salvagni, J. M. (2024). *Serviço de acolhimento em família acolhedora: Florações entre vínculo, desenvolvimento e comunidade de cuidados* [Tese (Doutorado em Psicologia do Desenvolvimento e Escolar)]. Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.
- Salvagni, J. M., & Pedroza, R. L. S. (2022). Acolhimento familiar, articulação de rede e reintegração familiar: Reflexões a partir da prática. *Revista Desenvolvimento Social*, 27(2), 170–196. <https://doi.org/10.46551/issn2179-6807v27n2p170-196>
- Silva, G. V., Lima, A. A., & Barbosa, N. N. (2014). Sobre os conceitos de verdadeiro self e falso self: Reflexões a partir de um caso clínico. *Cadernos de psicanálise (Rio de Janeiro)*, 36(30), 113–127. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-62952014000100007&lng=pt&nrm=iso&tlang=pt
- Silva, I. M., & Lopes, R. C. S. (2012). As relações entre os subsistemas conjugal e parental durante a transição para a parentalidade. *Pensando Famílias*, 16(1), 69-90. Recuperado de <https://biblat.unam.mx/pt/revista/pensando-familias/articulo/as-relacoes-entre-os-subsistemas-conjugal-e-parental-durante-a-transicao-para-a-parentalidade>
- Souza, C., & Cagnani, L. J. R. P. (2020). Por trás da cena do acolhimento: O que é dito sobre as famílias e seu impacto no cuidado de crianças e adolescentes. *Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas*, 5(10), 440-454. Recuperado de <https://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/22538>
- Suster, C. R. (2017). *Acolhimento familiar para famílias acolhedoras: Sentidos e significados* [Dissertação (mestrado)]. Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, SP, Brasil.
- Suster, C. R., Fonseca, D. C., & Navarro, N. C. (2020). O acolhimento familiar na perspectiva das crianças e adolescentes acolhedores. *Comunicações*, 27(2), 121–140. <https://doi.org/10.15600/2238-121X/comunicacoes.v27n2p121-140>

- Tachibana, M., & Barbosa, P. C. (2022). A solidão na violência sexual infantil: Reflexões a partir de um ambulatório especializado. Em H. Silva, A. Batista, & J. Lima (Orgs.), *Winnicott: Seminários manauaras: Solidão: Entre o sentimento e a capacidade de estar só* (pp. 397–411). Rio de Janeiro: INM Editora.
- Vieira, G., & Castanho, P. (2021). O lugar da esperança nas consultas terapêuticas de Winnicott: Uma perspectiva clínico-institucional. Em I. F. Motta, & C. Y. G. Silva (Orgs.), *Esperança e contextos de saúde* (Vol. 2, pp. 171–184). São Paulo: Ideias & Letras.
- Winnicott, D. W. (1953/1997). Duas crianças adotadas. Em D. W. Winnicott, *Pensando sobre crianças* (pp. 115–125). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Winnicott, D. W. (1956/2021). Preocupação materna primária. Em D. W. Winnicott, *Da pediatria à psicanálise* (pp. 491–499). São Paulo: Ubu Editora; WMF Martins Fontes.
- Winnicott, D. W. (1960a/2022). A teoria do relacionamento pais-bebê. Em D. W. Winnicott, *Processos de amadurecimento e ambiente facilitador: Estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional* (pp. 44–69). São Paulo: Ubu Editora; WMF Martins Fontes.
- Winnicott, D. W. (1960b/2022). Distorção do ego em termos de verdadeiro self e falso self. Em D. W. Winnicott, *Processos de amadurecimento e ambiente facilitador: Estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional* (pp. 177–194). São Paulo: Ubu Editora; WMF Martins Fontes.
- Winnicott, D. W. (1963/2022). Da dependência à independência no desenvolvimento do indivíduo. Em D. W. Winnicott, *Processos de amadurecimento e ambiente facilitador: Estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional* (pp. 104–116). São Paulo: Ubu Editora; WMF Martins Fontes.
- Winnicott, D. W. (1964/2021). O conceito de falso self. Em D. W. Winnicott, *Tudo começa em casa* (pp. 75-81). São Paulo: Ubu Editora; WMF Martins Fontes.

Zornig, S. M. A. J. (2010). Tornar-se pai, tornar-se mãe: O processo de construção da parentalidade. *Tempo psicanalítico*, 42(2), 453–470. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-48382010000200010&lng=pt&nrm=iso&tlang=pt